

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

Que fazem, o **MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua José Cañellas, 258, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 87.612.917/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOSE ALBERTO PANOSSO**, brasileiro, casado, doravante denominado **MUNICÍPIO CONTRATANTE** e _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de _____, na Rua _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, neste ato representado por seu representante legal Sr. _____, brasileiro, casado, gerente comercial, residente e domiciliado na Rua _____, portador da cédula de identidade n.º _____, e CPF n.º _____ doravante denominada **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REGÊNCIA

O presente contrato trata-se de um contrato administrativo e rege-se, pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tem base na licitação modalidade _____ n.º _____ /2009, Processo n.º _____ /2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa para prestar serviços de transporte escolar para os alunos das escolas estaduais, nos roteiros e horários que segue:

Trajeto 23

CASTELINHO

7:00 h – Alto Castelinho – **05 alunos**, Balsa (Linha da Barca) – **07 alunos**, Linha Balzan – **06 alunos**, até a Escola Estadual de Ensino Fundamental Mansenhor Vitor Batistela. Totalizando – **18 alunos**.

11h 40min– Faz o trajeto inverso saindo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mansenhor Vitor Batistela até o Alto Castelinho – **05 alunos**, Balsa (Linha da Barca) –

07 alunos, Linha Balzan – **06 alunos**, recolhendo os alunos do turno da tarde na Linha da Barca (Balsa) – **06 alunos**, linha Barra do Braga - **07 alunos**, Alto Castelinho – **09 alunos**, Linha Rocha – **04 alunos**, Linha Calegari – **01 aluno**, Linha Balzan - **04 alunos**, Linha Garlet – **02 alunos**, Linha Barbosa – **01 aluno**. Totalizando - **52 alunos**.

17h15min – 34 – Faz o trajeto inverso devolvendo os alunos do turno da tarde.

Total 120 km

Veículo com no mínimo 9 lugares.

§ 1º - O itinerário, dias e horários estabelecidos nesta cláusula poderão ser alterados por aditivo contratual, sem que implique em redução ou diminuição da capacidade de transporte de alunos, desde que a modificação não ultrapasse o limite de 25% do percurso, nos dias e horários indicados.

§ 2º - O transporte deverá ser feito de 2º a 6º feira e também aos sábados, quando houver necessidade.

§ 3º - Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, não sendo permitida a sub-contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente contrato terá sua vigência, de acordo com o Calendário Escolar, ficando suspenso durante as férias, podendo ser, então, rescindido, se a Administração achar conveniente, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57,II da Lei 8.666/93.

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança dos alunos

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, a CONTRATADA receberá da seguinte forma:

Trajeto 23: no valor de R\$ ----- (-----) por quilômetro rodado, perfazendo um total diário de R\$ ----- (-----);

O pagamento será efetuado até o dia 15(quinze) do mês subsequente ao da prestação dos serviços e será calculado de acordo com os dias transportados atestados pela SMEC conforme calendário de Sistema Estadual e/ou Municipal de Ensino;

Parágrafo Único: A Contratada obriga-se a apresentar os documentos que comprovem a segurança do veículo, quando solicitados pela Contratante, sob pena de suspensão do pagamento e rescisão do contrato

O valor a ser pago será, de acordo com o número de dias efetivos prestados, como serviço de Transporte Escolar.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

O valor de que trata a cláusula anterior será revisado nos seguintes casos:

a) Tendo por base os aumentos de combustível, fica a critério do CONTRATANTE o reajuste.

§ 1º- Os reajustamentos serão à requerimento da CONTRATADA, sempre que houver acréscimos nos preços dos insumos que compõe o seu custo, desde que comprovado o impacto econômico-financeiro.

§ 2º- O preço cotado não sofrerá qualquer reajuste durante o ano letivo, podendo ser reajustado a partir do início do próximo ano letivo, pelo IGPM/FGV, em caso de prorrogação do contrato, o que poderá se dar, em caso de interesse, da Administração, pelo prazo máximo de até 60 meses.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A empresa Contratada deverá assumir as seguintes responsabilidades:

- a) manter seguro para os alunos, na forma da legislação pertinente;
- b) responsabilidade por quaisquer danos causados ao Contratante, aos alunos ou a terceiros, por culpa ou dolo;
- c) conservar o veículo sempre limpo e em condições de segurança;
- d) permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado;
- e) zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, que deverão ser segurados;
- f) manter o serviço em funcionamento, substituindo o veículo em serviço por outro sempre que se fizer necessário;
- g) manter o veículo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito, inclusive quanto a novas disposições que venham a ser editados;

6.2. Os veículos colocados à disposição dos serviços contratados deverão atender a todas as exigências da legislação e regulamentos de trânsito atuais ou que venham a ser exigidos pelos órgãos normatizadores, principalmente as especiais ao transporte escolar;

6.3. Os veículos colocados à disposição dos serviços contratados deverão atender a além de todas as exigências da legislação, as demais que seguem;

- a) Comprovação de registro como veículo de passageiro;
- b) Comprovação de ter realizado INSPEÇÃO VEICULAR, pelo Detran para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- c) Comprovação de ter realizado INSPEÇÃO VEICULAR SEMESTRAL, através de um engenheiro mecânico, apresentando Laudo Técnico assinado por este;
- d) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (Tacógrafo);
- e) Cintos de segurança igual a lotação;
- f) Demais equipamentos obrigatórios que são ou forem estabelecidos pelo CONTRAN;

- g) Cópia autenticada do seguro contratado à vista ou parcelado, conforme o caso,
- h) Carteira de Habilitação na Categoria "D" do condutor do veículo;
- i) Comprovação, através do histórico do DETRAN, de que o condutor do veículo, não tenha cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou seja, reincidente em infração durante os 12(doze) meses de cada motorista (CTB, art. 138, IV e 145)
- j) Histórico de boa conduta expedido pela Delegacia de Polícia, de cada condutor do veículo;
- l) Apresentar comprovação que o condutor tenha realizado o "curso para transporte coletivo e escolar", conforme rege a legislação;

6.4. A CONTRATADA deverá transportar alunos cumprindo rigorosamente os horários da escola em veículo adequado que deverá ser mantido em boas condições mecânicas e com todos os equipamentos necessários;

6.5. Sempre que, por defeito ou outra circunstância, tiver que ser recolhido veículo em serviço, a CONTRATADA será obrigada a suprir com outro veículo de capacidade igual ou superior, os horários e itinerário estipulado de acordo com as exigências do edital;

6.6. Cumprir com os horários e trajetos com respectivas paradas determinadas pela CONTRATANTE, bem como prestar informações solicitadas pela Secretaria Municipal da Educação;

6.7. Submeter os veículos às vistorias técnicas determinadas pela CONTRATANTE e manter sempre limpos e em condições de segurança;

6.8. Caso ocorra redução do número de alunos e/ou excesso em determinados trajetos a empresa vencedora deverá atender os educandos com veículos de menor e/ou maior capacidade, mediante autorização ou solicitação da CONTRATANTE;

6.9. Os veículos da CONTRATADA não poderão transitar em outros trajetos conduzindo alunos, salvo com autorização por escrito do CONTRATANTE

6.10. Comprovação de que o motorista não tenha cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses (CTB, art. 138. IV e 145)

6.11. Em caso de substituição do veículo e/ou motorista, a empresa deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE para que sejam tomadas as providências constantes neste edital e/ou contrato

6.12. O valor a ser pago será (a maior ou a menor), de acordo com o número de dias efetivos prestados, como serviço de transporte escolar

6.13. Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, não sendo permitida subcontratação, sob pena de rescisão do contrato a não ser, em casos excepcionais e eventualmente de impossibilidade de transporte com os veículos oferecidos. Somente com prévia autorização da CONTRATANTE, tendo veículos e

condutores habilitados ao transporte escolar, com comprovação de habilitação no Município Contratante, ou em outro em que preste o mesmo tipo de serviço.

6.14. É expressamente proibido o transporte de alunos de outros municípios, ou seja, deverá transportar somente os alunos devidamente cadastrados a SMEC, mediante a apresentação da carteirinha do transporte escolar

Parágrafo Único: Quando do descumprimento de qualquer dos itens supra a empresa será advertida e notificada pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura e em caso de mais de uma advertência constitui-se causa para a rescisão do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E FISCALIZAÇÃO

O MUNICÍPIO CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à Contratada.

A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de fiscalização, verificação e controle a serem adotados pelo Município CONTRATANTE.

A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA ficará a cargo da CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Educação. O Município reserva-se o direito à fiscalização em caráter permanente, de forma sistematizada de modo a contemplar principalmente a observância das normas especiais quanto ao transporte escolar.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE:

- a) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- b) Homologar reajustes e proceder a revisão dos valores na forma da lei, das normas pertinentes e deste contrato;
- c) Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do presente contrato;
- d) Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos alunos.

Parágrafo Único: Em caso de dúvidas da Administração em algum dos itens supra, será instaurado processo de sindicância a fim de saná-las para proceder uma decisão mais justa.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS DOS ALUNOS

São direitos e obrigações dos alunos:

- a) Receber serviço adequado;
- b) Receber do CONTRATANTE e da CONTRATADA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- c) Levar ao conhecimento do CONTRATANTE e da CONTRATADA as irregularidades de que tenham notícia, referentes ao serviço prestado;

- d)** Comunicar ao CONTRATANTE e às demais autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONTRATADA ou seus prepostos na prestação do serviço;
- e)** Contribuir para a permanência das boas condições dos bens utilizados na prestação dos serviços;
- f)** Cooperar com a fiscalização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CARTEIRA DE ESTUDANTE

A Carteira de Estudante será necessária apenas nos trajetos que forem instituídos pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura

A Administração, através da SMEC, é o Órgão competente para emissão das Carteiras de Estudante.

A CONTRATADA está obrigada a transportar os alunos que apresentarem a Carteira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato sem que caiba a Contratada qualquer direito a indenização, independentemente da conclusão por prazo, nos seguintes casos:

- a)** Manifesta deficiência do serviço;
- b)** Reiterada desobediência aos preceitos estabelecidos na legislação e neste contrato;
- c)** Falta grave à juízo do CONTRATANTE, devidamente comprovada, após garantido o contraditório e a ampla defesa;
- d)** Paralisação ou abandono total ou parcial do serviço, ressalvada as hipóteses de caso fortuito ou força maior;
- e)** Descumprimento do prazo para início da prestação do serviço;
- f)** Prestação do serviço de forma inadequada;
- g)** Rescisão, em conformidade com o art. 78 e parágrafos, da Lei n.º 8.666/93;
- h)** Perda, por parte da CONTRATADA, das condições econômicas, técnicas ou operacionais necessária à adequada prestação dos serviços;
- i)** Descumprimento, pela CONTRATADA, das penalidades impostas pelo CONTRATANTE;
- j)** Interesse público.

Parágrafo Único: Em não havendo rescisão, o prazo máximo de vigência limita-se aos 60 meses de acordo com o artigo 57,II da Lei 8.666/93, se a Administração assim desejar.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a)** deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*
- b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

O presente contrato terá para base de cálculo para eventuais multas, penalidades e demais sanções, o valor de R\$ _____ (_____).

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em duas vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Frederico Westphalen(RS), de de 2009.

José Alberto Panosso
Prefeito Municipal
Município Contratante

Contratada

Testemunhas: